

IN: Barbara Hlibowicka-Weglarz, Justyna Wisniewska e Edyta Jablonka (eds.). *Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade*, 2 vols. Editora da Universidade Marie Curie-Sklodowska, Vol. I: 93-108. ISBN 978-83-7784-913-2

HANNA J. BATORÉO¹

Departamento de Humanidades da Universidade Aberta, CLUNL, Lisboa

**Gramáticas de costas voltadas:
Que futuro para o ensino do Português como língua pluricêntrica
a falantes não-nativos (PLNM)?**

Resumo: No presente estudo, iremos reflectir sobre a necessidade de uma gramática da Língua Portuguesa perspectivada como língua pluricêntrica. O *pluricentrismo linguístico* corresponde hoje a um fenómeno generalizado e largamente estudado (cf. Clyne (ed.) 1992, Silva (ed.) 2013), também no âmbito da Língua Portuguesa (Baxter 1992, Silva *et al.* (ed.) 2011, Batoréo e Casadinho (2009), Batoréo e Silva (2012), Batoréo (2016). Tendo em conta este objectivo, abordaremos nove gramáticas académicas do Português contemporâneo, publicadas nas últimas décadas – seis no Brasil e três em Portugal –, procurando verificar se elas reflectem a realidade pluricêntrica da Língua Portuguesa do séc. XXI e, particularmente, se correspondem às necessidades dos falantes que aprendem *Português como Língua Não-Materna (PLNM)*, na qualidade de língua estrangeira ou língua segunda.

Palavras-chave: *Português como língua pluricêntrica; gramáticas do Português; Português Europeu (PE); Português do Brasil (PB); Português Língua Não Materna (PLNM); variedades do Português.*

1. Introdução

Os falantes do Português que têm como língua materna um outro idioma e aprendem o Português como Língua Não-Materna (PLNM), quer no contexto de língua segunda quer estrangeira, não dependem neste processo – e ao contrário do que defendem as vertentes comunicativas do ensino das línguas – apenas do *input* linguístico que recebem ao interagir com os falantes nativos. É frequente observar que este *input* pode ser muito escasso, num enquadramento social, cultural e educativo delimitado, sobretudo se o número de falantes nativos envolvidos na interacção verbal for reduzido. Por conseguinte, a aprendizagem dos não-nativos torna-se dependente em grande parte dos

¹ A autora escreve segundo a grafia antiga.

instrumentos (frequentemente normativos) que regulam e legitimam este processo, tais como dicionários e manuais, por exemplo, mas, sobretudo, as gramáticas da língua.

O conhecimento explícito da língua veiculado pelas gramáticas não só permite melhorar o nível do desempenho linguístico do aprendente, mas também leva o falante PLNM a fortalecer-se do ponto de vista cognitivo: permite-lhe ganhar mais segurança na interacção verbal com os outros, bem como permite torná-lo mais confiante e activo, motivando-o para aperfeiçoar o seu desempenho e conhecimento da língua. Caso os instrumentos falhem por falta de qualidade ou por qualquer tipo de inadequação (em relação à especificidade do contexto em que a aprendizagem ocorre, por exemplo), isto reflecte-se no processo da aprendizagem do PLNM, podendo prejudicar os falantes.

Tendo em consideração a variação existente no seio da Língua Portuguesa, que resulta na possibilidade de o PLNM poder ser aprendido em função de diferentes variedades da língua, no presente estudo iremos reflectir sobre a necessidade de uma gramática do Português perspectivada como *língua pluricêntrica*. Depois de uma curta *Introdução* à temática na secção 1, iremos abordar o tema do *Português como língua pluricêntrica*, na secção 2. Na secção 3, centrar-nos-emos na importância da temática da pluricentricidade nas gramáticas da Língua Portuguesa, focando nove gramáticas académicas do Português contemporâneo elaboradas nas últimas décadas, sendo seis delas publicadas no Brasil e três em Portugal; estes dois subgrupos serão abordados, respectivamente, nas secções 3.1. e 3.2. O foco da reflexão centrar-se-á na capacidade que estas gramáticas demonstram de reflectir a realidade pluricêntrica da Língua Portuguesa do século XXI. Na secção 4, procuraremos relacionar esta reflexão com a importância que a(s) gramática(s) da língua têm no ensino do PLNM.

2. Português como língua pluricêntrica

O conceito do *pluricentrismo linguístico* foi introduzido no fim dos anos setenta e desenvolvido a partir dos anos noventa (cf. Clyne 1992: 1), correspondendo hoje a um fenómeno generalizado e largamente estudado em Linguística (cf. Silva *et al.* (ed.) 2011, Silva (ed.) 2013, Muhr *et al.* (eds.) 2016). São consideradas tipicamente pluricêntricas as línguas que apresentam diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, aceites e estudadas em termos linguísticos como iguais sem preconceito de

inferioridade em relação à variedade historicamente mais antiga e economicamente mais poderosa. Deste modo, abandona-se uma perspectiva predominante ainda no século XX, segundo a qual as variedades mais distantes do *standard* tradicional e historicamente estabelecido eram consideradas como “desvio” da norma (Clyne 1992:1). Entendido deste modo, o pluricentrismo, por um lado, une as pessoas pelo conhecimento do sistema da mesma língua, mas, por outro, separa as diferentes comunidades pelos usos reais das diferentes variedades. Contrasta, deste modo, o sistema *versus* o uso de uma dada língua particular e, por conseguinte, ao nível científico, a linguística do sistema *versus* a linguística do uso.

A globalização dos últimos anos, a facilidade de comunicação, de deslocação de indivíduos, grupos ou comunidades inteiras, bem como a ubiquidade de migrações constantes de povos por razões tão antigas como a guerra, fazem com que as línguas e/ou dialectos diferentes entrem em contacto uns com os outros de um modo cada vez mais fácil e mais visível e com que se adaptem a novos contextos sociais e culturais da coexistência linguística e cultural. Isto significa que as diferentes variedades do que formalmente se considera uma língua, passem a ter uma dimensão supranacional, numa escala global, muitas vezes geograficamente descontínua. Perante a distribuição linguística que daí resulta, é utópico pensar-se presentemente na possibilidade de existir uma comunidade linguisticamente homogénea de uma nação monolíngue, que obedeceria ao velho *slogan* – hoje desactualizado – de "uma-nação-uma-língua".

São consideradas como prototipicamente pluricêntricas as línguas dos antigos povos colonizadores, independentemente da sua localização geográfica ou importância política. Surgem como fruto da expansão de impérios coloniais, que, ao longo da história, levaram os seus idiomas para as outras terras, muitas vezes desconhecidas, tal como aconteceu quer em escala mundial com o árabe, russo, mandarim, francês, inglês, castelhano, português ou neerlandês quer, numa escala menos extensa, com o italiano, alemão, sueco, arménio ou servo-croata, para citar apenas alguns exemplos mais conhecidos.

Entre as línguas europeias, o alcance do Português ocupa um lugar destacado (cf. Baxter 1992, Silva *et al.* 2011), o que se deve a uma série de razões de carácter histórico, geográfico, económico e político. Primeiro, trata-se do idioma nacional de dois países geograficamente distantes: Portugal e Brasil, nos quais a Língua Portuguesa é adquirida

na qualidade de Língua Materna. Segundo, o Português é falado na qualidade de variedade(s) galega(s) do antigo Galego-português, na Galiza, em Espanha, embora existam, presentemente, tendências nacionalistas na Galiza que defendem o Galego não como um dos dialectos do Português (conforme defendido nas gramáticas portuguesas de Cunha & Cintra 1984 e Mateus *et al.* 2005), mas como uma língua independente do Português apesar das raízes comuns. Terceiro, trata-se da língua oficial numa série de países independentes, ex-colónias portuguesas em África (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor-Leste), assim como de base lexical na formação de vários crioulos (por exemplo, os crioulos caboverdianos, guineenses ou santomenses, na África). O pluricentrismo, no caso Português, significa que estamos perante duas variedades nacionais – a norma portuguesa e a norma brasileira (e isto independentemente da variação dialectal existente em cada um destes países) –, bem como perante as variedades locais faladas em cada um dos outros países (como, por exemplo, as variedades africanas: angolana e moçambicana, cf. Raposo *et al.* 2013). Algumas destas variedades não-dominantes do Português (cf. Muhr *et al.* (eds.) 2016) não estão ainda suficientemente bem estudadas nem conhecidas, apesar de muito esforço já desenvolvido neste sentido por linguistas dedicados à investigação na área (cf. *site Cátedra de Português*).

Do ponto de vista linguístico, cada uma das variedades do Português, independentemente do *status* que lhe é atribuído oficialmente (língua nacional, língua oficial, língua segunda, etc.) pode apresentar as suas especificidades ao nível sintáctico, semântico, fonológico, lexical e/ou pragmático, o que pode chegar a criar dificuldades de intercompreensão entre os falantes de variantes diferentes. A problemática que recentemente tem vindo a ser trazida à tona das discussões na área (cf. Batoréo & Silva 2012), sobretudo no âmbito da Linguística Cognitiva (Silva (ed.) 2013), tem sido muito diversificada, procurando enfrentar os velhos tabus linguísticos e culturais da Língua Portuguesa, tais como o do Português percebido como um bloco monolítico único, indivisível e resistente aos ventos da história e do tempo, superiormente uno, apesar da diversidade visível. Esta discussão (cf. Silva *et al.* (org.) 2010, Batoréo & Casadinho 2009, Batoréo & Silva 2012, Batoréo 2016) permite focar a problemática em diferentes blocos temáticos. Assim, por exemplo, o foco incide sobre o fenómeno de *convergência e divergência* entre o Português Europeu (PE) e o Português do Brasil (PB) e a estratificação das variedades nacionais. Esta primeira temática está relacionada com a

segunda da *conceptualização* do mundo em variedades diferentes da mesma língua e a sua transparência ao nível da construção linguística, dando origem a padrões de variação nacional e correlações entre variáveis lexicais e gramaticais no pluricentrismo do Português. O terceiro grupo temático abrange a *percepção e avaliação das variedades nacionais*, focando modelos cognitivos e culturais de categorização e avaliação do PE e PB, o que origina a quarta temática, na qual o foco está na *identidade linguística*, atitudes de *purismo e de independentismo* e o seu impacto no desenvolvimento das variedades nacionais, assim como nas *distâncias linguísticas objectivas e subjectivas* entre as variedades nacionais e nas atitudes linguísticas. Todas estas temáticas apontam para duas áreas de intervenção de importância particular: por um lado, o planeamento e políticas multilaterais de língua para o Português como língua pluricêntrica e, por outro, para as políticas de ensino do PLNM, tanto na qualidade de língua segunda como língua estrangeira.

Se nos centrarmos no caso do PLNM do ponto de vista do pluricentrismo do Português, a pergunta que se coloca em primeiro lugar é a de que tipo de gramáticas da Língua Portuguesa dispomos, a fim de podermos ensinar um idioma que – por ser pluricêntrico – não é “pertença” de nenhum povo em particular e cuja diversidade constitui um factor de riqueza, mas também de dificuldade acrescida para um falante não-nativo.

3. As gramáticas académicas do Português contemporâneo

No presente estudo, e na sequência das temáticas apresentadas na secção 2, a questão mais pertinente que surge é a seguinte: *que gramática(s) temos e de que gramática(s) precisamos para estudar o Português língua pluricêntrica?* (cf. ver discussão mais extensa em Neves & Caseb-Galvão (2014) e, particularmente, em Batoréo (2016a). Partindo desta questão norteadora, abordaremos nove gramáticas académicas, baseadas na análise linguística, proveniente da investigação científica desenvolvida, nas últimas décadas, nos centros universitários portugueses e brasileiros. Iremos restringir, assim, o levantamento das gramáticas analisadas apenas às obras elaboradas pelos linguistas da Língua Portuguesa de renome internacional, com obra sobejamente conhecida e reconhecida na área e publicada quer em Portugal quer no Brasil, onde o Português tem o estatuto de língua nacional. Destas nove gramáticas, seis foram publicadas no Brasil e três em Portugal (cf. Batoréo 2016): no primeiro grupo são

abordadas as gramáticas da autoria de: Azeredo (2008), Bagno (2012), Bechara (1999), Castilho (2010), Neves (2011) e Perini (2010) e, no segundo, as da autoria de: Cunha e Cintra (1984), Mateus *et al.* (2003 [1983]) e Raposo *et al.* (org.) (2013).

Se as gramáticas do Português publicadas nos últimos anos aquém e além Atlântico, elaboradas com abordagens linguísticas modernas e diversificadas, são tão numerosas, coloca-se a questão de verificarmos se esta riqueza reflecte a realidade da Língua Portuguesa no mundo e nos permite encarar a problemática da sua pluricentricidade de um modo informado e representativo ou se – pelo contrário –, em vez de várias gramáticas parciais de que dispomos neste momento, não precisaríamos, antes, de uma gramática *global* do Português pluricêntrico que nos permitisse olhar para a totalidade da temática da variação interna da Língua Portuguesa de um modo equitativamente distribuído entre as variedades nacionais e as outras (ainda) não reconhecidas como total, mas igualmente presentes na nossa realidade pluricêntrica.

3.1. As gramáticas do Português publicadas no Brasil

No que diz respeito aos autores de gramáticas brasileiras, uma vez confrontados com a necessidade de caracterização dos objectivos das suas obras (cf. Neves & Caseb-Galvão 2014), os linguistas forneceram um leque muito variado de definições, posturas teóricas e entendimentos metodológicos do trabalho de um gramático. Assim, procurando definir a gramática da sua autoria, Evanildo Bechara, autor de *Moderna gramática portuguesa* (1999 [1961]) defendeu que fazer uma gramática implicava focar o interesse nos seus usuários, procurando aperfeiçoar a sua educação linguística na qualidade de cidadãos da comunidade linguística em que se encontram inseridos (Neves & Caseb-Galvão 2014: 12). Os outros autores das gramáticas, no entanto, destacaram outros factores como fundamentais para a elaboração das suas obras. Assim, segundo Perini, autor de *Gramática do português brasileiro* (2010), a gramática é uma disciplina científica e, portanto, o seu estudo deve ser parte da formação científica dos alunos, sendo o primeiro dos compromissos a assumir pelo gramático o da confrontação da descrição da língua com a realidade a que ela diz respeito (Neves & Caseb-Galvão 2014: 12). Na perspectiva de Neves, autora da *Gramática de usos do português* (2011 [2000]), uma gramática deve ser ‘voltada para a língua como actividade interactiva, em contexto de uso, com papel no uso discursivo-textual’ (Neves & Caseb-Galvão 2014: 12), enquanto Azeredo entende a sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2008) como ‘uma obra

voltada para a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil' (Neves & Caseb-Galvão 2014: 13). Na mesma linha tradicional e normativa de Bechara, Azeredo (2008) declara a sua obra moldada pela óptica de um professor de Língua Portuguesa que tem em conta a formação de futuros professores do Português, mas em geral também 'quaisquer brasileiros cuja formação em língua portuguesa requiera (...) competência (...) na modalidade escrita padrão' (Neves & Caseb-Galvão 2014: 13). Por outro lado, Castilho declara na sua *Nova gramática do português brasileiro* (2010) uma abordagem teórica original, denominando-a de *multissistémica* e governada por um dispositivo sociocognitivo (Neves & Caseb-Galvão 2014: 13). Por sua vez, Marcos Bagno, autor de *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012), é conhecido pela sua atitude iconoclasta militante e pela postura de ruptura em relação à tradição gramatical portuguesa; na descrição da sua gramática, Bagno propõe que 'o vernáculo brasileiro autêntico seja a referência para o nosso ensino de língua materna' numa 'clara, nítida e assumida militância em favor do reconhecimento definitivo de que o português europeu e o português brasileiro já constituem duas línguas diferentes' (Neves & Caseb-Galvão 2014: 14).

Comparando as seis gramáticas acima referidas e publicadas no Brasil, verificámos que os seus autores defendem posturas teóricas e metodológicas muito diferentes umas das outras, percorrendo o caminho entre a gramática tradicional e normativa, baseada nos dados provenientes dos textos escritos e literários, através de uma gramática descritiva orientada preferencialmente para o uso linguístico (quer oral quer escrito) até propostas teóricas mais elaboradas e bastante diferenciadas. Verificámos, também, que estes autores focam de modo diferente o fenómeno da pluricentricidade do Português, apesar de nunca utilizarem explicitamente este termo.

De entre as seis gramáticas publicadas no Brasil, existem duas obras tradicionais de carácter normativo: as da autoria de Bechara (1999 [1961]) e Azeredo (2008). Assim, na obra da autoria de Azeredo (2008), *uma gramática da língua portuguesa* (designação que surge no título da obra) corresponde à *variedade padrão escrita* do português em uso no Brasil, sendo historicamente ainda bastante próxima da norma-padrão escrita em uso também em Portugal; esta opção legitima a escolha do título da obra, em defesa da unicidade da Língua Portuguesa como um todo indivisível. O caso de Bechara (1999 [1961]) é o único dos casos das gramáticas aqui abordadas em que não existe uma delimitação clara do objecto do estudo da sua obra do ponto de vista da variação do Português, opção tornada transparente pela escolha dos exemplos provenientes das fontes

originárias tanto de Portugal como do Brasil, sempre na modalidade escrita literária dos textos dos séculos XVI – XX.

Quanto à modalidade (escrita vs. oralidade) estudada pelos gramáticos brasileiros, se Bechara (1999) estuda genericamente *o Português* na sua modalidade escrita, Neves (2011 [1999]) e Azeredo (2008) focam as suas gramáticas na modalidade escrita do *Português do Brasil*, tanto Perini (2010), Castilho (2010) como Bagno (2012) destacam o papel da oralidade, na sua opção pelo *português brasileiro*, defendendo a independência da variedade falada no Brasil em relação à usada em Portugal, embora em cada um destes autores existam graus diferentes de empenho na sua “opção separatista”. Assim, por exemplo, segundo Castilho (2010), o *Português no/do Brasil* e o *Português brasileiro* exigem caracterização diferenciada, podendo ser definidos de modo seguinte:

“Há mais de quinhentos anos a língua portuguesa foi trazida ao Brasil. Nos séculos XVI a XVIII foi rotulada como o *português no Brasil*, pois era inteiramente lusitana, e não tinha superado as línguas indígenas. A partir do século XIX, a língua portuguesa tornou-se majoritária, começou a distanciar-se do português europeu, sendo então denominada *português do Brasil*. A partir dos anos 80 do século XX, suprime-se a preposição *do*, e começamos a falar em *português brasileiro*. Sinaliza-se com isso que novos distanciamentos tinham ocorrido, servindo a expressão para designar a identidade linguística dos brasileiros.”

(Castilho 2010: 31, itálicos nossos).

Por outro lado, numa atitude iconoclasta, Bagno (2012) define o seu objecto de estudo como *português brasileiro contemporâneo* ou *vernáculo geral brasileiro* por nele surgirem ‘as formas genuinamente brasileiras de falar e de escrever’ (Bagno 2012: 33), esta constatação cria ruptura em relação ao Português usado em Portugal. Entretanto, Perini (2010) opta por uma definição mais restrita do *português brasileiro* utilizado na sua *Gramática* como ‘a descrição [que] enfoca a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas, (...) a língua falada padrão, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país.’ (Perini 2010: 44-45). A opção acima abordada não surge explicitada apenas na gramática de Neves (2011), na qual o título *A Gramática de usos de Português* não faz referência explícita à variedade utilizada, embora a autora defenda tratar-se de ‘uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa actualmente no Brasil.’ (1999/2011: 13).

Em suma, as opções utilizadas pelos autores brasileiros publicados mais recentemente demonstram que

“ (...) o objecto a ser estudado (...) *hoje apenas virtualmente pode ser denominado língua portuguesa* (...) o que fica aparente até, mas não necessariamente, nos títulos, revelando a inscrição da obra em dado tempo/espaço, nesse caso, no tempo presente no Brasil (...) [e] (...) [n]a seguinte sequência terminológica usada para denominar o objecto estudado nas gramáticas: *Português > Português do Brasil > Português Brasileiro.*”
(Neves & Caseb-Galvão 2014: 125, itálicos nossos).

Para todos os gramáticos brasileiros que centram implícita ou explicitamente as suas obras na variedade brasileira da Língua Portuguesa ou no *português brasileiro*, o Português falado em Portugal merece apenas referência histórica, sem qualquer indicação aos usos específicos do Português Europeu. A gramática brasileira está de costas voltadas para Portugal e nem sequer faz referência a outros países lusófonos.

3.2. As gramáticas do Português publicadas em Portugal

No que diz respeito às gramáticas publicadas em Portugal, os últimos trinta anos foram dominados por duas obras: uma gramática normativa (Cunha e Cintra 1984), sucessivamente reeditada ao longo dos anos, e uma gramática descritiva de foro académico, sucessivamente revista, aumentada e reeditada (Mateus *et al.* 1ª ed. 1983, revista e aumentada a partir da sua 5ª ed. em 2003). Além destas duas referências, só muito recentemente, surgiram os dois primeiros volumes (dos três previstos) da *Gramática do Português* da Fundação Gulbenkian (Raposo *et al.* (org.) 2013), fruto de dezenas de anos de um trabalho de vários investigadores do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. São estas três obras que dominam, neste momento, o espaço das gramáticas do Português, publicadas em Portugal.

Com os enquadramentos teóricos e metodológicos muito diferenciados em cada uma das obras, as três gramáticas acima referidas assumem-se ao nível do título como *gramáticas da Língua Portuguesa/ Português*, apesar de visarem apenas a norma europeia e remeterem pouca informação restrita e necessariamente simplificada sobre as outras variedades, colocando-a num capítulo introdutório dedicado à variação. Das três obras, a gramática tradicional mais antiga e de carácter normativo (Cunha e Cintra 1984), que emergiu na segunda metade do século XX do esforço conjunto de dois linguistas, o português, Luís Filipe Lindley Cintra, e o brasileiro, Celso Cunha, teve por objectivo demonstrar a *superior unidade da Língua Portuguesa no meio da sua diversidade*, fruto do que se entendeu, na altura, como equilíbrio das forças centrípetas da inovação e centrífugas da conservação, sendo que a segunda ‘(...) contra-regrando a primeira,

garante a superior unidade de um idioma como o português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes.’ (Cunha e Cintra 1984: 4, itálicos nossos). Cunha e Cintra (1984) afirmam, por conseguinte, que:

“Como esta Gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, geográfico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional europeia e a americana. (...) Trata-se de uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuro, porém, dos factos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afectivos das formas idiomáticas.”

(Cunha e Cintra 1984: XIV, itálicos nossos)

A segunda das três gramáticas – *Gramática da língua portuguesa* (2003 [1983]) –, da autoria de Maria Helena Mira Mateus e outras autoras, assume-se como uma obra que tem por base a norma-padrão do Português Europeu, embora faça referência a outras variedades nacionais, geográficas e/ou sociais da Língua Portuguesa, remetendo-as à exemplificação restrita e delimitada pela perspectiva histórica do desenvolvimento do idioma, circunscrevendo a temática a um capítulo apenas, com dez páginas dedicadas ao *Português europeu e português brasileiro: duas variedades nacionais da língua portuguesa* (Mateus et al. 2013: 45-54). Logo no primeiro capítulo da obra, as autoras da *Gramática* fazem uma curta referência à expansão mundial do Português e afirmam explicitamente a sua opção de contemplar a norma-padrão do Português Europeu:

Em línguas com larga história de expansão e de mobilidade dos seus falantes nativos, observa-se a existência de variedades que se vão progressivamente fixando e autonomizando, até ser possível caracterizá-las como variedades locais ou mesmo nacionais. É esta perspectiva que distinguimos entre a variedade europeia do português que designamos de **português europeu** (PE) e a variedade brasileira do português ou **português brasileiro** (PB). (...). Esse aspecto enriquecedor torna-se mais evidente no léxico, com a introdução de palavras novas relativas aos diversos universos de referência, mas é também patente nos vários módulos da gramática.”

(Mateus et al. 2003: 34).

Por conseguinte, a referência à Língua Portuguesa no título da referida gramática equivale – prototipicamente – à descrição da norma-padrão da variedade nacional usada em Portugal, o que resulta numa postura incoerente do ponto de vista metodológico: se, por um lado, a variação da Língua Portuguesa é inegável e as autoras assumem, pela primeira vez na história das gramáticas portuguesas, a existência de uma variedade europeia – o

Português Europeu – na qual focam a sua descrição, por outro lado, mantêm no título a referência à unicidade da Língua Portuguesa, reforçando o entendimento desta variedade como dominante, na tradição histórica do país de berço da língua-mãe.

Na gramática mais recente de Raposo *et al.* (org.) (2013), publicada passados trinta anos sobre a obra de Cunha e Cintra (1984) e dez sobre a versão alargada de Mateus *et al.* (2003), mantém-se, igualmente, o título e o foco de estudo que incide na variedade nacional falada em Portugal, mas procura-se defender o interesse (teórico) na variação e na heterogeneidade de usos. Na *Introdução* à obra, define-se o objecto do estudo como sendo ‘a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea.’ (Raposo *et al.* (org.) Vol. I. 2013:XXV), explicitando, depois, que este objecto diz respeito à norma-padrão ou variedade culta do português: ‘por motivos sociológicos, metodológicos e práticos, esta Gramática tem principalmente como objecto de estudo o português-padrão’ (Raposo *et al.* (org.) Vol. I. 2013:XXV-XXVI). Aparentemente, portanto, estamos também aqui perante uma situação análoga à *Gramática* de Mateus *et al.* (2003 [1983]), em que o título que remete à globalidade da Língua Portuguesa não corresponde ao objecto específico do estudo, o Português Europeu. No entanto, os autores parecem ter consciência desta incongruência, procurando esclarecer a situação:

“Tal não significa, no entanto, que se tenha descurado a variação linguística, que tem aliás, uma longa tradição nos estudos sobre o português, quer em Portugal, quer no Brasil. Muito pelo contrário: em primeiro lugar, no âmbito das gramáticas sobre a língua portuguesa, a presente obra é pioneira por conter capítulos onde se descrevem (e de forma necessariamente breve) as principais características linguísticas não só do português falado no Brasil como também do português falado em África (com especial incidência sobre as variedades de Angola e Moçambique). Em segundo lugar, a maioria dos autores, embora centrando a sua descrição na variedade culta, dá conta igualmente de fenómenos de variação dialectal, individual e de registo (...). Finalmente, e este é um ponto importante que queremos salientar, esta *Gramática* contém um capítulo que constitui um dos estudos mais completos e sistemáticos sobre as variedades regionais do português apresentado numa gramática. Em suma, com esta *Gramática*, o leitor terá uma visão da heterogeneidade da língua, tomando consciência da multiplicidade dos seus usos.”

(Raposo *et al.* (org.). Vol. I. 2013: XXVI).

Na verdade, temos, em Raposo *et al.* (org.). (Vol. I. 2013), a Parte I com o capítulo 6 (págs. 145-156), da autoria da linguista brasileira, Rosa Virgínia Mattos e Silva, intitulado o *Português do Brasil*, com destaque para o subcapítulo (cap. 6. 2.) *Algumas características do Português do Brasil*, o que significa que a heterogeneidade da língua a nível de usos diferentes dos europeus, defendida na *Introdução*, se resume, de facto, a

onze páginas de texto sobre o PB. A estas páginas, juntam-se quase trinta dedicadas ao *Português em África*, do capítulo 7 (págs. 157-185), do total de quase mil e duzentas páginas de texto do Vol. I da obra. Futuramente, no Volume III ainda por publicar, espera-se um capítulo dedicado especificamente aos *Aspectos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu* (cuja dimensão ainda não se encontra definida). No que diz respeito às referências feitas ao Brasil, a obra publicada em 2013 tem a colaboração de um linguista brasileiro, Rodolfo Iliari, num capítulo dedicado ao papel do Português no seio das Línguas Românicas. Por outro lado, no entanto, a referência às gramáticas da Língua Portuguesa publicadas no Brasil no século XXI está totalmente ausente desta obra recente e muito extensa: na bibliografia final da obra, as únicas referências feitas aos gramáticos brasileiros abordados na secção anterior são as que têm as suas raízes no século passado, isto é, a Bechara e a Neves, não havendo qualquer tipo de menção às gramáticas brasileiras da autoria de Azeredo, Perini, Castilho ou Bagno.

Por conseguinte, também no caso das obras publicadas em Portugal, podemos constatar que as gramáticas portuguesas se encontram – na sua globalidade – de costas voltadas para o Brasil (e, em parte, para outros países lusófonos), apesar das tentativas visíveis da obra de 2013, no sentido de contrariar esta postura e colmatar as lacunas existentes na área.

4. Gramáticas do Português como língua pluricêntrica e o Português Língua Não-Materna: observações finais

Se excluirmos duas das gramáticas abordadas na secção 3, isto é, Cunha e Cintra (1984), publicada em Portugal, e Bechara (1999 [1961]), publicada no Brasil, que têm as suas raízes ainda nos anos sessenta do século passado, a análise do escopo das nove gramáticas do Português, que viram a luz do dia nas últimas décadas, demonstra que – em termos globais – os seus autores têm vivido de costas voltadas, desconhecendo e/ou ignorando o trabalho desenvolvido pelo vizinho do outro lado do Atlântico.

Se, na segunda metade do século XX, tal como se observa no caso de Cunha e Cintra (1984), houve um interesse explícito e muito empenhado da parte de cada um dos autores, falantes de variedades nacionais diferentes do Português, em reconhecer e cultivar o carácter supranacional da Língua Portuguesa, ressaltando, assim, a unidade na diversidade, o século XXI trouxe-nos as gramáticas explicitamente centradas na variedade do Português de cada um dos (grupos de) autores – PE ou PB – chegando-se,

até, a reconhecer que a unidade do Português havia décadas acerrimamente defendida tem hoje apenas carácter *virtual* (Castilho 2010). No primeiro caso, tal como observado nas obras que seguiram o mesmo caminho da gramática tradicional (como é o caso de Bechara 1999 [1961], no Brasil), a superioridade absoluta da unicidade da Língua Portuguesa apesar da sua diversidade era consubstanciada pelos exemplos vindos das fontes normativas escritas, consagradas pela história e tradição de tronco comum. No caso das gramáticas mais recentes, as fontes provenientes do estudo da oralidade, mesmo que consagradas como provenientes da norma culta vigente da variedade em causa, deslocaram o foco de atenção do gramático da escala supranacional para a local (Perini 2010), centrando-a explicitamente no uso (Neves 2011 [1999]). A mudança do paradigma fez com que os autores brasileiros das gramáticas mais recentes como Perini (2010), Castilho (2010) ou Bagno (2012) optassem pela defesa explícita da existência do *português brasileiro*, em oposição não apenas ao *Português Europeu*, mas também ao *Português do Brasil*, ressaltando a sua independência e especificidade nacional e deixando reflectir esta opção nos títulos das respectivas obras.

Por outro lado, os autores das gramáticas publicadas em Portugal (Mateus *et al.* 2003 [1983] e Raposo *et al.* 2013), embora centrem as respectivas obras explicitamente sobre a sua variedade materna, o Português Europeu, e remetam os exemplos da reconhecida heterogeneidade da Língua Portuguesa apenas a reduzidos subcapítulos sobre a variação linguística, mantêm nos títulos das gramáticas a referência tradicional e histórica à *Língua Portuguesa/ o Português*, remetendo, assim, simbolicamente para o berço do idioma e, por conseguinte, para a variedade nacional europeia como, supostamente, dominante.

Por conseguinte e apesar de, nos últimos anos, a publicação das gramáticas da Língua Portuguesa ter sido rica em Portugal e, sobretudo, no Brasil, conforme exemplificado ao longo do texto, não dispomos, neste momento, de nenhuma gramática que foque ou, mesmo, refira apenas a pluricentricidade do Português, olhando para as duas variedades nacionais de um modo equilibrado sem atribuir carácter dominante a nenhuma delas. Com a excepção das duas obras mais antigas acima citadas (Cunha e Cintra 1984, em Portugal, e Bechara 1999 [1961], no Brasil), inspiradas pela unicidade e pela tradição histórica, o paradigma seguido nos últimos anos é o do uso específico (mesmo que, na maioria dos casos, normativo) de cada uma das normas nacionais ou mesmo (como tem vindo a surgir no Brasil) pelo que se pretende reconhecido como *língua vernácula* independente.

A mudança do paradigma que se reflecte nas gramáticas dos últimos anos e que tem vindo a evoluir do global (da Língua Portuguesa una e indivisível) para o local (das variedades específicas e até independentes), tal como apresentado em cima, não constitui – no nosso entender – um factor facilitador a nível do ensino do PLN. O falante não-nativo sente-se frequentemente “perdido” perante a fragmentação e a multiplicidade de opções teóricas e metodológicas, bem como descrições da língua quer demasiado teorizantes quer demasiado fechadas sobre si próprias e a sua própria especificidade, pondo, na prática, de lado a importância e riqueza da variação, defendida quase exclusivamente na teoria.

Perante a realidade das gramáticas que vivem de costas voltadas dos dois lados do Atlântico, aguarda-se, por conseguinte, uma abordagem global da *gramática da Língua Portuguesa entendida como língua pluricêntrica*, com a respectiva variação não apenas defendida ao nível teórico, mas, sobretudo, assumida na prática, de um modo equitativo entre as variedades existentes da Língua Portuguesa.

Bibliografia

BATORÉO, Hanna Jakubowicz e Margarida CASADINHO (2009): O Português – uma língua pluricêntrica: O Caso de Timor-Leste, In: *Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos*, 13-1, Braga, UCP de Braga, 63-79. Disponível em:

http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/bib_timor/Batoreo_Casadinho_2009.pdf

BATORÉO, Hanna Jakubowicz & Augusto Soares da SILVA (2012): Estudar o português como língua pluricêntrica no enquadramento da Linguística Cognitiva com foco nas variedades nacionais do PE e PB. In: Teixeira e Silva, Roberval; Yan, Qiarong; Espadinha, Maria Antónia; LEAL, Ana Varani. (eds.) (2012): *III SIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo*, Universidade de Macau, Macau, CDROM. Disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/>

BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2016a): Que gramática temos para estudar o português língua pluricêntrica? In: José Teixeira (org.). *O Português como língua num mundo global: Problemas e potencialidades*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Edições Humus, Lda, 85-102.

[Versão actualizada do artigo “Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?”, *Diadorim*, 2015, volume 16, 1-15. Disponível em:

<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/issue/view/171>

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. (2016b): The contact induced partial restructuring of the non-dominating variety of Portuguese in East Timor. In: MUHR, Rudolf *et al.*, Thomas (eds.) (2016): *Pluricentric Languages and non-dominant Varieties worldwide: Volume 2: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish – New concepts and description*, Frankfurt a.M./ Wien u.a., Peter Lang Verlag, 137-152.

BAXTER, Alan N. (1992): Portuguese as a pluricentric language. In: Michael Clyne (ed.) (1992): *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 11-44.

Cátedra de Português, Língua Segunda e Estrangeira, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique – site disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/>

CLYNE, Michael (1992): Pluricentric languages – Introduction. In: Michael Clyne (ed.) (1992): *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 1-10.

MUHR, Rudolf, Eugênia DUARTE, Amália MENDES, Carla AMÓROS Negre, Juan A. THOMAS (eds.) (2016): *Pluricentric Languages and non-dominant Varieties worldwide: Volume 2: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish –New concepts and description*, Frankfurt a.M./ Wien u.a., Peter Lang Verlag.

NEVES, Maria Helena de Moura & Vânia Cristina CASSEB-GALVÃO (org.) (2014): *Gramáticas Contemporâneas do Português com a Palavra, os Autores: Evanildo Bechara et al.*, São Paulo, Parábola Editorial.

SILVA Augusto Soares da; Amadeu TORRES; Miguel GONÇALVES (orgs.) (2011): *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas*, Braga, Aletheia.

SILVA Augusto Soares da (ed.) (2013): *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*, De Gruyter.

Gramáticas referenciadas

Gramáticas publicadas em Portugal:

CUNHA, Celso e Luís Lindley CINTRA (1984): *Nova gramática da língua portuguesa*. Lisboa, João Sá da Costa.

MATEUS *et al.* (2003 [1983]):

- MATEUS, Maria Helena Mira, Inês DUARTE Ana Maria BRITO e Isabel Hub FARIA (1983): *Gramática da língua portuguesa*, 1ª ed., Coimbra, Almedina.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Inês DUARTE Ana Maria BRITO e Isabel Hub FARIA com Alina VILLALVA, Gabriela MATOS, Fátima OLIVEIRA, Sónia FROTA e Marina VIGÁRIO. (2003): *Gramática da língua portuguesa*, 5ª ed. revista e aumentada. Lisboa, Caminho.

RAPOSO, Eduardo Paiva B., Maria Fernanda Bacelar do NASCIMENTO, Maria Antónia Coelho da MOTA, Luísa SEGURA, Amália MENDES, com colaboração de Graça VICENTE e Rita VELOSO (org.) (2013): *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I e II. (Vol III a publicar).

Gramáticas publicadas no Brasil:

AZEREDO, José Carlos de (2008): *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, São Paulo, Publifolha/ Instituto Antônio Houaiss.

BAGNO, Marcos (2012): *Gramática pedagógica do português brasileiro*, São Paulo, Parábola Editorial.

BECHARA, Evanildo (1999 [1961]): *Moderna Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lucerna. (37ª ed. revista e ampliada da *Moderna gramática portuguesa*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1961).

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010): *Nova gramática do português brasileiro*, São Paulo, Contexto.

NEVES, Maria Helena de Moura (2011 [1999]): *Gramática de usos de português*, São Paulo, Editora UNESP.

PERINI, Mário Alberto (2010): *Gramática do português brasileiro*, São Paulo, Parábola Editorial.